

atualizar a história

organização de

paulo m. dias e roger lee de jesus

ÍNDICE

Em jeito de introdução (Paulo M. Dias e Roger Lee de Jesus)	9
Viriato, uma figura portuguesa ou ibérica? (Carlos Fabião)	13
Uma matriz medieval islâmica na fundação do reino? (Ana Miranda)	27
D. Teresa e a fundação do reino de Portugal: uma relação atribulada? (Luís Carlos Amaral)	37
A Ordem do Templo e a construção do reino de Portugal (Paula Pinto Costa)	47
Uma sociedade desamparada? A assistência na Idade Média (Ana Rita Rocha)	55
A cultura medieval: uma Idade das Trevas? (Covadonga Valdaliso-Casanova)	67
A heráldica medieval para além da nobreza (Marta Gomes dos Santos)	77
O infante D. Henrique: entre o mito e a realidade (Paulo M. Dias)	89
Repensar a vocação oceânica da Ordem de Cristo (séculos xv e xvi) (Fernanda Olival)	101
A expulsão dos judeus e muçulmanos: uma exigência matrimonial de D. Manuel I? (François Soyer)	113
As viagens e os descobrimentos no Atlântico: entre as ilhas míticas, o segredo e a realidade (Roger Lee de Jesus)	123
A Carreira da Índia: uma história trágico-marítima? (Marco Oliveira Borges)	135
Para além das especiarias. O mundo material da Carreira da Índia (Hugo Miguel Crespo)	147
Protagonistas do esquecimento — desempenhos femininos na expansão marítima e ultramarina portuguesa	159

O que significava «ser homem» no passado? Masculinidades em perspetiva histórica (Hélder Carvalho)	173
A Inquisição em Portugal: como e porquê? (Bruno Lopes)	183
Alcácer Quibir: o regresso (fatal) a Marrocos (Luís Costa e Sousa)	195
O período filipino: dominação ou integração? (Graça Almeida Borges)	209
A Restauração: uma revolta por amor à independência? (Joana Fraga)	219
Um império de resistências, 1500-1850 (Mafalda Soares da Cunha)	229
O Marquês de Pombal: um reformador? (Andreia Fidalgo)	239
As Misericórdias: uma instituição de caridade? (Lisbeth Rodrigues)	249
A dívida pública antiga: irresponsabilidade ou prudência? (Leonor Freire Costa)	259
As fronteiras mais antigas da Europa? (Tamar Herzog)	271
Trabalho forçado e escravatura (José Pedro Monteiro)	279
A agricultura e a questão da terra no Estado Novo: progresso ou atraso? (Leonardo Aboim Pires)	291
Um longo debate historiográfico: o Estado Novo era um regime fascista? (Carlos Manuel Martins)	305
«Agora já tu sabes o que é ser português». Ideologia, cultura e sociedade no salazarismo (Luís Trindade)	317
Como lembrar o império? (José Pedro Monteiro)	327

EM JEITO DE INTRODUÇÃO



O livro que tem entre mãos é um livro de História. Tendo em conta o seu título — *Atualizar a História* —, poderá perguntar se a História está desatualizada e se precisa então de ser revista e atualizada. A resposta a esta questão é «sim». Acreditamos que a História, entendida como o conhecimento histórico, isto é, como o estudo do passado humano, encontra-se desatualizada junto do grande público. Tal aconteceu porque, infelizmente, grande parte dos estudos produzidos em ambiente académico, sobretudo nas universidades, têm acesso limitado e dificilmente chegam a ser conhecidos fora destas instituições — uma questão que tem vindo a melhorar graças à criação dos repositórios digitais que permitem a divulgação dos artigos e teses produzidos neste contexto. Porém, os historiadores habituaram-se a debater os mais diversos assuntos entre si, o que levou a que muitos mitos e ideias da História de Portugal continuassem a ser repetidos e permanecessem no imaginário popular.

Neste sentido, o objetivo deste livro é atualizar muitas destas ideias, desmontando, dentro do possível, alguns destes mitos. Tomando por base 29 temas da História de Portugal, desde Viriato (que, bem sabemos, viveu séculos antes de o país existir) até ao legado da memória do império colonial, 28 autores procuraram redefinir aquilo que sabemos sobre estes assuntos. Contudo, este não é um livro académico, mas sim um livro escrito a pensar num público mais alargado, a quem interessa perceber o estado da questão, e não tanto os muitos e longos debates académicos que existem sobre cada assunto. Na realidade, o público especialista, ou que acompanha de perto a produção historiográfica, não encontrará perspectivas inteiramente novas. Assim, cada autor escreveu um texto de síntese, que permite compreender o que se sabe sobre aquele assunto, de forma que o leitor fique atualizado. Cada capítulo é independente, e por isso pode ser lido em separado, mas vários deles acabam por tocar temas

comuns, permitindo uma leitura interligada dessas questões. É necessário notar que cada texto é escrito por um investigador da área, com créditos firmados, e que por isso equivale a anos de investigação, muitos deles até décadas, representando assim uma visão atual e esclarecida, ao contrário da prática comum das pesquisas rápidas na Internet e da credibilidade dada a qualquer página *online*.

Apesar da tentativa para sermos o mais abrangentes possível, é natural que tenhamos feito uma seleção de apenas alguns temas da História portuguesa, deixando muitos outros de fora. Por isso, esta obra não pretende, nem poderia ser, uma obra de síntese sobre toda a História de Portugal. É tão-somente um contributo que permite reavaliar muitos aspetos de uma História longa e complexa. Para quem quiser aprofundar estes aspetos, cada capítulo contém no seu final uma breve lista de sugestões de leituras.

Tendo em conta o objetivo deste livro e a escolha dos temas, poderá ficar na dúvida se se pretende «reescrever» a História. Sobre isso somos claros: não temos dúvida de que este livro contribui, no seu todo, para que a História seja reescrita, oferecendo, de certa forma, uma nova visão sobre o passado. Contudo, é necessário ter em atenção que toda a boa obra historiográfica reescreve a História. Não falamos da História enquanto realidade histórica, enquanto facto — ninguém põe em causa, por exemplo, que a implantação da República se deu a 5 de outubro de 1910. Falamos sim da História enquanto conhecimento histórico, como resultado do estudo e da investigação sobre o passado, porque aquela se encontra em constante atualização, conforme novas fontes são analisadas e novas perspetivas e abordagens permitem redefinir o que se sabia sobre determinado assunto. Não podemos também esquecer que toda a História é analisada conforme o ponto de partida do observador, e por isso as perguntas, as análises e as interpretações feitas refletem muito mais o tempo do observador do que a própria época que se pretende estudar. Ou seja, o historiador carrega sempre consigo o seu tempo, o presente em que escreve e não tanto a época sobre a qual pretende escrever. Longe estamos da leitura positivista do século XIX, em que se acreditava que se devia narrar os acontecimentos «tal como aconteceram» — um erro recorrente, que omite aquilo que acabámos de dizer: que todo o conhecimento histórico é resultado do seu próprio tempo, e por isso passível de ser revisto e atualizado.

Este livro é também o resultado do trabalho de divulgação da História junto do grande público feito no nosso *podcast* semanal — *Falando de*

História — e que alcançou algum destaque na esfera nacional. Contudo, esta obra só pôde ser realizada graças à colaboração dos seus autores, que aceitaram de imediato o convite para participarem num projeto desta natureza, e a quem estamos profundamente agradecidos.

Agradecemos também à Saída de Emergência e a toda a equipa com quem tivemos a oportunidade de trabalhar: ao Luís Corte Real, à Célia Nogueira e ao Paulo Batista, por terem recebido de braços abertos a ideia de que era possível produzir uma obra de História de qualidade que juntasse um grupo alargado de especialistas da área.

Por fim, e a nível pessoal, agradecemos respetivamente ao Nuno e à Marta o constante apoio e a paciência e compreensão pelas horas gastas a preparar, gravar e editar o *podcast* e agora este livro.

Paulo M. Dias e Roger Lee de Jesus

◆ ◆ ◆ ◆ ◆
VIRIATO,
UMA
FIGURA
PORTUGUESA

~ OU ~

IBÉRICA?

◆ ◆ ◆ ◆ ◆

Carlos Fabião



Doutorado em Arqueologia pela Universidade de Lisboa. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Uniarq (que presentemente dirige). Tem desenvolvido a sua investigação no âmbito do mundo indígena do ocidente peninsular e da sua romanização, da economia romana e de temas historiográficos. É autor e coautor de mais de duas centenas de livros e artigos.



SERÁ VIRIATO UMA FIGURA PORTUGUESA OU IBÉRICA?

Esta é uma pergunta de resposta fácil: Viriato, personagem histórica, é uma figura ibérica, em sentido lato, nem portuguesa nem espanhola, visto que viveu numa época em que não existiam tais entidades políticas.

Viriato, um herói português mas também espanhol, uma tradição moldada e cristalizada nos dois países, embora com escasso fundamento, em alguns casos, ao arrepio do (pouco) que as fontes literárias gregas e romanas nos contaram. Como sucedeu isto?

Como se chegou à tradicional formulação de Viriato, ligado à serra da Estrela ou mesmo a Viseu, chefe de lusitanos e defendendo uma Lusitânia, que seriam prefigurações dos portugueses e de Portugal? A resposta também é simples: por uma acumulação de leituras enviesadas das fontes históricas, alimentadas por relatos que ajudaram a preencher os vazios da informação e a compor o mito. Um mito que ganhou forma na Antiguidade e foi sendo apropriado e moldado ao longo dos tempos, por servir a discursos que dizem mais sobre as épocas em que se construíram do que sobre as andanças deste chefe tribal em luta com os exércitos de Roma.

Começemos por inquirir o que nos dizem as fontes, a literatura grega e latina, sobre a personagem, para depois atentarmos na apropriação e construção desse mítico Viriato, chefe lusitano, que se bateu com êxito contra exércitos romanos, somente vencido por pérfida traição.

VIRIATO HISTÓRICO

Oque sabemos de concreto e seguro sobre Viriato resume-se em poucas palavras: foi um chefe tribal que sustentou uma guerra contra os exércitos romanos por cerca de oito anos, acabando assassinado pelos seus

companheiros. Não foi o primeiro nem o último chefe tribal lusitano que se bateu com os exércitos romanos no ocidente da Península Ibérica. Mesmo quando era o principal inimigo de Roma, outros chefes tribais também ditos lusitanos praticavam correrias e pilhagens pelas zonas meridionais da Hispânia já sob domínio romano, a fazer fé nas fontes disponíveis.

Quem seriam estes «lusitanos» do século II antes da nossa Era, na ótica desses observadores exteriores gregos e romanos?

Comecemos por aí.

A Lusitânia, enquanto entidade política com fronteiras definidas, foi uma província romana, fundada nos finais do século I antes da nossa Era, quando Augusto, o primeiro imperador romano, procedeu à reorganização das províncias hispânicas. Antes, a Hispânia (ou Ibéria, como lhe chamavam os gregos) estava dividida em duas províncias de contornos difusos, a Hispânia Citerior, a oriente, e a Ulterior, a ocidente, cuja geografia se foi dilatando à medida que progrediu o domínio romano.

A Lusitânia, província romana, tal como foi desenhada então, poderá ter conhecido primeiro uma mais ampla abrangência a ocidente, desde as costas algarvias até ao Noroeste da Península Ibérica, para depois se restringir ao território hoje português a sul do Douro e à atual Extremadura espanhola. A sua fronteira meridional / oriental seria o Guadiana. Antes dessa delimitação, Lusitânia era a designação genérica que autores gregos e latinos davam ao ocidente da Península Ibérica. Não correspondia a nenhum território delimitado, menos ainda à suposta pátria de uma qualquer entidade étnica, tal era a diversidade étnica e cultural ali existente, como a literatura clássica indica e o registo arqueológico confirma.

Os lusitanos eram, genericamente, os habitantes dessas terras ocidentais, de grande diversidade étnica e política, em situação de guerra endémica aparentemente resultante de um crescimento demográfico que colocou pressão sobre territórios e recursos disponíveis. Esta guerra endémica envolveu também conflitos com os exércitos romanos, que se arrastaram por muitas décadas, sendo especialmente mencionada como «guerra lusitana» a etapa que decorreu entre 147 e 139 antes da nossa Era. Os conflitos de romanos com estas gentes ocidentais não começaram então, nem terminaram com a morte de Viriato.

As mais antigas notícias sobre recontros de romanos e lusitanos na Hispânia Ulterior remontam aos inícios do século II antes da nossa Era, ao ano de 194. Desde então, regista-se cerca de uma dezena de anos de confrontos, a que se seguem algumas décadas de aparente acalmia, para se

reacenderem hostilidades por mais duas décadas, entre 155 e 138. É deste período o episódio da liderança de Viriato e este contexto belicoso explica alguma imprecisão das fontes disponíveis: para Tito Lívio, o conflito de romanos com os lusitanos de Viriato durou 14 anos, para Diodoro Sículo, 11, para Apiano, 8, sendo esta última a cronologia usualmente aceita. Mas, para os romanos, o conflito era somente um, num palco distante e suficientemente longo para causar incômodo, fossem quem fossem os seus líderes, e foram vários. Neste mesmo período, um outro conflito decorria na metade oriental da Península Ibérica (Hispania Citerior), em torno do aglomerado indígena de Numância, obrigando os governadores romanos a desdobrar-se por duas frentes distintas igualmente difíceis de controlar.

Não se ficou por aqui a insegurança vivida no ocidente da Península, em constantes conflitos, ora de baixa ora de alta intensidade. Foi somente em 61-60 antes da nossa Era, com o governo da Hispania Ulterior por Júlio César, que entrou em cena o monte Hermínio, tradicionalmente identificado com a serra da Estrela, como área de fixação / refúgio de lusitanos. Aparentemente, desde as campanhas cesarianas não mais se verificaram confrontos de monta, embora haja novos episódios bélicos, associados às Guerras Civis romanas em espaço hispânico, e a literatura de época posterior continue a falar de insegurança no ocidente peninsular, pela existência de bandos de salteadores.

VIRIATO MODELO OU VIRIATO MÍTICO

O principal construtor do Viriato modelo de virtudes ou Viriato mítico foi Diodoro Sículo, um autor do século I antes da nossa Era, alguém que viveu muito depois da morte do chefe lusitano e que da Península Ibérica pouco ou nada conhecia. Por sua vez, Diodoro foi uma das fontes usadas por um outro autor grego, Apiano de Alexandria, que compôs, no século II da nossa Era, uma história de Roma, com um livro dedicado à Ibéria. Ambos terão usado autores anteriores, cujas obras não chegaram até nós, como os historiadores gregos Políbio e Possidônio, que escreveram em tempos mais próximos dos acontecimentos. Claramente, Apiano usou também Diodoro como fonte. Esta é a mais rica e colorida tradição literária, feita em língua grega. Uma outra tradição, ligada ao que tudo indica aos anais de Roma, está patente na obra do historiador latino Tito Lívio, do

século I da nossa Era, também só conhecida por comentários de terceiros. Esta tradição é bastante mais seca, somente enumerativa.

O Viriato de Diodoro exprime um estereótipo conhecido na literatura antiga, quando se pretende criticar os supostos «vícios» de um dado tempo e das gentes «civilizadas», tempo e gentes coevas do autor, contrapondo-lhe a imagem do «bárbaro» virtuoso. O Viriato de Diodoro foi apenas um entre outros desta espécie de «bons selvagens» que se disseminam na literatura clássica, frequentemente chamados «heróis alheios», que nos dizem mais sobre as preocupações dos seus autores do que sobre a vida das personagens.

Viriato seria um chefe humilde, primeiro pastor, depois líder tribal, carismático, intrépido, astucioso, desprezado dos bens materiais e, por isso, justo para com os seus, hábil na guerra de guerrilha, invencível, somente batido pela traição. O seu perfil compõe-se de um conjunto de estereótipos que se prestam à construção do mito. É esta combinação de virtudes que lhe garantiu perene inscrição na posteridade, por se adaptar a todos os tempos: quem não aprecia um líder assim?

Não temos nenhum meio de confirmar a veracidade deste perfil, suficientemente virtuoso para parecer suspeito, suficientemente colado aos princípios da filosofia cínica e estoica para parecer real. Não temos dúvidas de que Diodoro e Apiano terão usado outras fontes, obras anteriores, como a de Políbio, outro grego, do século II antes da nossa Era, ou seja, coevo da Guerra Lusitana, e que conheceu a Península Ibérica, mas cujos livros sobre o tema não chegaram até nós. Algumas discrepâncias notadas entre a narrativa de Diodoro e a do alexandrino sugerem que poderiam ter usado tradições literárias distintas, embora com algumas fontes comuns. Estes relatos do génio e virtude do lusitano foram reproduzidos por autores posteriores, embora exista também a citada tradição latina, mais sóbria ou mais factual, que apenas narra a aspereza e longevidade do conflito em solo hispânico.

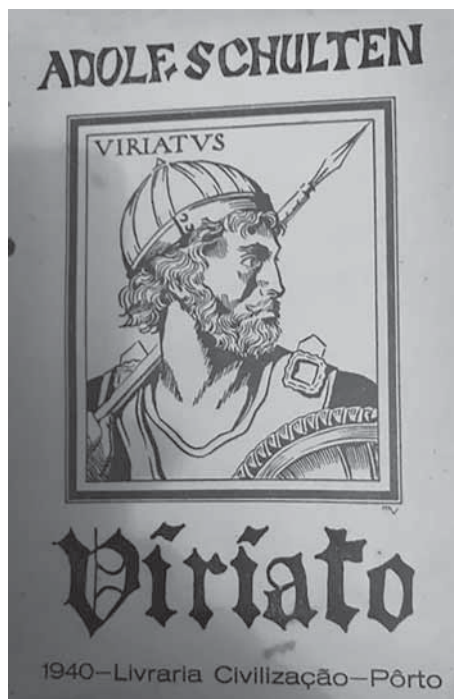
Dião Cássio, autor do século III da nossa Era, que usou também fontes anteriores para narrar os sucessos de Viriato, deixou-nos aquela que poderá ser a mais correta definição da sua personalidade e ação: «fazia a guerra não para ganho pessoal nem de poder, nem tão-pouco por ira, mas sobretudo pela guerra em si, e era considerado tanto um amante da guerra como um génio da arte militar» (Dião Cássio, 22,73). Uma imagem de «Senhor da Guerra» que pouco tem que ver com a do virtuoso e justo chefe, mas que estará talvez mais perto do real perfil deste líder tribal.

A GEOGRAFIA DA GUERRA DE VIRIATO E A SUA LUSITÂNIA

Combinando as diferentes fontes, podemos ter uma ideia da geografia dos conflitos de Viriato com os romanos, embora algumas referências geográficas e toponímicas, cidades que tomam voz pelo chefe lusitano ou que se lhe opõem ou ainda locais onde se refugia, não permitam localização precisa.

Do que sabemos, Viriato e os seus vagueiam por um amplo espaço geográfico, sobretudo meridional, a área das atuais Andaluzia Ocidental e Extremadura espanhola, nos casos em que logramos identificar com alguma segurança os lugares citados, e não se regista nenhuma particular predileção pela defesa de um qualquer território. No decurso dos confrontos, há cidades que tomam o partido de Viriato e outras que se lhe opõem, há territórios atacados e saqueados e tudo parece indicar mais uma típica guerra de saque, perpetrada por bandos tribais, do que a defesa de um território concreto. Por se localizarem em cenários atualmente espanhóis muitos dos eventos bélicos, existiu desde há longa data uma reivindicação do «Viriato espanhol», popularmente tão conhecido e afamado como o seu homónimo «português».

Numa etapa final do conflito, houve um momento de acalmia, com a proposta de um tratado entre Viriato e o poder romano. As fontes são controversas. Aparentemente, o Senado de Roma não aceitou o pacto. Segundo Apiano, implicaria o reconhecimento de Viriato e a concessão das terras que então dominava. Esta referência tem servido a alguns para sustentar a ideia de que o lusitano teria evoluído da condição de líder tribal para a de verdadeiro rei, de gentes e território delimitado. Se a fortuna lhe tivesse sorrido, poderia ter sido o «Rómulo da Hispânia», como escreveu Floro, outro historiador romano do século II da nossa Era. Contudo, parece frágil o intento de sustentar essa tese nas escassas e fluidas informações disponíveis. Fazendo fé nas condições pactuadas, os territórios em causa seriam no Sul da Península Ibérica, no teatro de operações que conseguimos identificar. Segundo se depreende das referências geográficas e toponímicas, todo o conflito decorre longe do maciço central, sem qualquer relação com o Monte Hermínio (*mons Herminius*), usualmente associado à serra da Estrela, embora também com escasso fundamento, que a tradição acabou por ligar à figura de Viriato.



Capa da 2ª edição da obra de Adolf Schulten sobre Viriato.

SOBRE AS ORIGENS, SABEMOS: «Viriato era um lusitano dos que habitavam junto do Oceano. Pastor desde criança, familiarizou-se com a vida na serra» (Diodoro Sículo, 33,1). O alemão Adolf Schulten, um prestigiado investigador que escreveu uma biografia do herói lusitano em 1917, toma a citação do autor grego para logo acrescentar: «A sua pátria era por certo a serra da Estrela, o “mons Herminius”, que domina a região dentre o Tejo e o Douro, a Lusitânia propriamente dita, desde muito cedo a sede principal das guerrilhas lusitanas, que nos seus

barrancos selvagens ainda se defendiam de César», e cita Dião Cássio, que narrou as campanhas cesarianas dos meados do século I antes da nossa Era. Um «salto» de quase um século de um evento ao outro, da chamada Guerra Lusitana às campanhas de pacificação cesarianas, sem o suporte de qualquer fonte, para lá do facto de em ambos os casos se tratar de guerras entre romanos e lusitanos. Se tal escrevia um prestigiado académico, nenhuma razão haveria para questionar, tanto mais por dar força à ideia desse Viriato português.

A APROPRIAÇÃO DA LUSITÂNIA E DE VIRIATO PELOS PORTUGUESES

Viraço [sic] está presente na *Crónica Geral de Espanha*, de 1344, surgindo então como herói hispânico, em estreita relação com a tradição clássica. A Lusitânia das crónicas medievais portuguesas é um território algo difuso, embora por vezes os monarcas portugueses sejam referenciados naquele antigo espaço. Mas a construção da sinonímia entre Lusitânia

e Portugal fez-se no século XVI. No contexto erudito europeu, a língua de comunicação era o latim. Naturalmente, não havia uma palavra latina para Portugal, razão pela qual Lusitânia se transformou na designação natural do novo reino nascido na Idade Média, no ocidente da Península Ibérica, apesar de não haver correspondência entre o território da antiga província romana e a nova entidade política, menos ainda com qualquer outra anterior.

Foi neste ambiente cultural que surgiu o adjetivo «lusíada», derivado dessa antiga Lusitânia e fixado e imortalizado por Camões. N'Os *Lusíadas*, a referência a Viriato como raiz do reino de Portugal surge em duas ocasiões: no Canto III, quando Vasco da Gama narra ao rei de Melinde a história de Portugal (III.22), Viriato surge imediatamente antes do rei Afonso (III.23), sendo de novo mencionado no Canto VIII, quando Gama apresenta a galeria das figuras maiores de Portugal.

A geopolítica da Península Ibérica teve também o seu peso. Os Humanistas castelhanos usavam a designação de Hispânia, o nome latino para a Península Ibérica, tomando-a como um todo. O uso da Lusitânia para identificar Portugal constituía o elemento diferenciador face ao poderoso vizinho, por isso, o primeiro ensaio de uma História de Portugal, saído do *scriptorium* de Alcobaça, tinha por título: *Monarchia Lusitana*.

As artes e a produção erudita não mais deixaram de alimentar esta relação, que passou para a esfera institucional. Nos inícios do século XVIII, no alvará régio de 1721, produzido por sugestão da Real Academia da História Portuguesa, estabelecendo a primeira legislação genérica de proteção do que hoje chamamos património histórico, D. João V afirma o seu propósito na defesa dos vestígios da antiguidade: «desejando eu contribuir com o meu poder para impedir hum prejuizo tão sensível e tão damnoso à reputação, e gloria da antiga Lusitania, cujo dominio e soberania foy Deus servido dar-me».

Nos primórdios da nossa historiografia positivista, baseada em sólida e sóbria análise das fontes disponíveis, Alexandre Herculano negou perentoriamente qualquer relação entre essa longínqua Lusitânia e o reino de Portugal, na sua *História de Portugal*, cuja primeira edição data de 1846. Mas, na realidade, de pouco serviu, face à secular torrente de tradição existente.

No processo de construção / afirmação dos Estados-nações europeus, foi sempre mais sugestivo propor que a nação precede o Estado, daí a valorização dos antepassados gauleses, em França, ou germanos, na Alemanha.

A construção política do Estado, com delimitação de fronteiras face aos vizinhos, seria assim o culminar de uma agregação multissecular, justificando o novo quadro político. Herculano alinha pela opção contrária, com objetividade e solidez argumentativa, estribado na confortável posição de se ocupar de um Estado com raízes medievais. Assinale-se que, também em França, houve sempre quem preferisse os francos de Clóvis, o rei «bárbaro» que abraçou o catolicismo, como raiz da França moderna, em detrimento dos «antepassados gauleses».



Estátua de Viriato no coroamento do Arco da Rua Augusta, em Lisboa.

JÁ DEPOIS DE PUBLICADA A *HISTÓRIA DE PORTUGAL* DE ALEXANDRE Herculano, verifica-se nova prova significativa da apropriação institucional de Viriato como raiz nacional portuguesa. No demorado processo de construção do Arco da Rua Augusta, em Lisboa (somente entre 1862 e 1873 se rematou esse arco do triunfo da urbanização pombalina), foi decidido colocar no topo os «nossos maiores», para ensinamento e exemplo, respetivamente, Viriato, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama e o Marquês de Pombal, ou seja, a raiz, o garante da independência, o desbravador do império e o fator da modernidade. Viriato como origem, não Afonso Henriques, Camões prevalecendo sobre Herculano.

No significativo ano de 1940, da comemoração do duplo centenário (nascimento do reino de Portugal e Restauração), nova estátua de Viriato foi inaugurada em Viseu, junto ao grande recinto que a tradição crismou como Cava de Viriato, embora se trate de uma construção medieval, como de há longa data se vem defendendo, consolidando a ligação do herói às terras beirãs.

VIRIATO MÍTICO

Pode dizer-se que a construção do Viriato mítico começou, de facto, na Antiguidade, particularmente com a tradição grega de Diodoro e Apiano. Como todos os mitos, apresenta um feixe de caracteres de extrema plasticidade, que permitem distintas valorizações e combinações: incansável defensor da sua terra contra os invasores externos, líder carismático, que tanto pode expressar a solidão do poder como a capacidade de estimular e agregar os seus, chefe justo e bom, desprezando os bens materiais.

Não constitui surpresa, por isso, que tenha sido usado de diferentes modos e formas ao longo do tempo, ora enfatizando alguma destas virtudes, ora experimentando outras combinatórias. Começou com o conhecido *Viriato Trágico*, de Brás Garcia Mascarenhas, um extensíssimo poema épico em XX cantos, publicado postumamente em 1699. Nele, Mascarenhas narra as suas próprias façanhas militares durante a Guerra da Restauração, feitas de emboscadas e sortidas aos territórios inimigos, na defesa da fronteira beirã, como se de a luta de Viriato e dos seus lusitanos / portugueses se tratasse. O poeta, natural da vila de Avô, consolida aqui a ligação de Viriato à serra da Estrela, ou seja, à sua própria geografia sentimental. Na epopeia de Mascarenhas começa a construção do Viriato herói de cada época, pela valorização do astuto e bom defensor da sua pátria contra o agressor externo.

Na segunda metade do século XIX afirma-se a tendência de eleger algumas personagens como exemplos cívicos. Consolida-se a ideia de Panteão como templo de uma nova «religião» cívica, nomeadamente em França. Em Portugal, o tricentenário de Camões, em 1880, constituiu evento relevante dentro dessa nova perspetiva. É no âmbito da afirmação destes valores que se enquadra o aludido remate do Arco da Rua Augusta, em Lisboa. Viriato começa então a ser convocado, refletindo as ideias de cada momento. Somente a título de exemplo, tome-se o Viriato (narrativa epo-histórica)

dado à estampa em 1904 por Teófilo Braga, erudito e prolixo autor que viria a ser presidente da República. Na obra, os lusitanos são assimilados aos portugueses, com extensas narrativas etnográficas, resultantes das observações do autor. No Capítulo XXXV, Viriato rejeita frontalmente o título de Príncipe da Lusitânia: «A Lusitânia nunca teve reis e por isso foi sempre autónoma. No dia em que as suas cidades confederadas se submeterem a um chefe soberano, começará a sua servidão; esse rei, preocupando-se unicamente do seu interesse pessoal e da hereditariedade da sua família numa dinastia irresponsável...» Na epo-história de Teófilo, Viriato projeta retirar-se para a sua aldeia e fazer vida de família, uma vez estabelecida a paz com os romanos. No estertor da monarquia constitucional, Teófilo Braga desenha um Viriato republicano, à medida dos seus ideais.



Estátua de Viriato em Viseu, junto do recinto medieval tradicionalmente chamado «Cava de Viriato».

EM CLARA CONTINUIDADE COM O NACIONALISMO REPUBLICANO, SOB O Estado Novo, Viriato foi-se transformando em líder providencial, sóbrio e determinado na defesa da independência da sua pátria. O discurso é de exaltação nacional, não faltando a reivindicação do «Viriato português» face às afirmações espanholas: em prefácio à tradução da biografia de Schulten, Mendes Corrêa não deixou de notar que «há muito existia já uma versão castelhana deste livro. Não nos ficava bem a falta de uma tradução portuguesa». No discurso da inauguração da estátua de Viseu, há mesmo alusões ao líder do Estado Novo, também ele um beirão sóbrio e sério, como Viriato.

O Programa Escolar para o Ensino Primário, de 1960, estruturava a disciplina de História através de biografias dos Grandes Portugueses, na linha das tradições anteriores. A primeira personagem era Viriato, seguido de Egas Moniz e, por último, Aniceto do Rosário, o subchefe da polícia de Dadrá, morto em 1954. Obedecendo a este esquema, a revista *Camarada*, órgão da Mocidade Portuguesa, publicou um conjunto de bandas desenhadas ilustrativas destes «Grandes Portugueses», mais tarde reunidas em álbum (texto de Helena Sabóia e ilustrações de José Garcês). A revisão dos programas escolares de 1968 segue a mesma linha, mas exclui Viriato, começando a lista dos portugueses notáveis em Egas Moniz, para terminar de novo em Aniceto do Rosário. Ceio que a imagem desse Viriato a quem os romanos chamavam salteador e que com um punhado de homens se opunha com êxito, em guerra de guerrilha, a um exército organizado e superiormente equipado poderia prestar-se a conotações pouco interessantes para um regime empenhado em três frentes de guerra nas suas colónias africanas. À pedagogia oficial não conviria heroicizar uma personagem com este perfil.

Por fim, seguindo um plano de biografar mitos fundadores da identidade nacional portuguesa, Diogo Freitas do Amaral publicou em 2003 uma peça em três atos intitulada *Viriato*. Trata-se da dramatização da vida do chefe lusitano, agora apresentado como um herói pós-colonial e antiglobalização, mas onde persistem os arquétipos antigos. Uma personagem, a feiticeira Drujata, diz no final: «A Lusitânia, através de muitos sacrifícios e de muitas guerras, libertar-se-á sempre dos seus ocupantes de fora — venham eles do Norte, do Sul ou do Leste [...] daqui a milénios ainda se contará aos Lusitanos a história de Viriato.»

Viriato, o incansável defensor da pátria, pode ser o chefe carismático, o líder justo e bom, aquele que despreza os bens materiais e se conserva

imune à corrupção e às vaidades mundanas. Como a literatura mais recente nos ensina, pode ser o patriota, pode ser o nacionalista ou pode mesmo ser o herói antiglobalização, a tradição literária clássica tudo admite, tudo suporta. O modo como se evoca e celebra Viriato diz-nos sempre mais sobre a época de evocação / celebração do que sobre esse obscuro e longínquo chefe tribal que afrontou os exércitos de Roma, conserva intacta essa aura mítica de que se fazem os Heróis. Apesar das fontes, apesar das análises mais ou menos críticas, apesar deste texto, Viriato continuará a viver entre nós, como glória e exemplo de tempos passados, pronto a servir o discurso político de cada época.

SUGESTÕES DE LEITURA

- Paulo Farmhouse ALBERTO — *Viriato*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1996.
- Maurício PASTOR MUÑOZ — *Viriato: O herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.
- Adolf SCHULTEN — *Viriato*. Porto: Livraria Civilização, 1940, 2.^a ed. [edição original alemã de 1917].



UMA

MATRIZ

MEDIEVAL

ISLÂMICA

~ NA ~

FUNDAÇÃO

DO REINO?



Ana Miranda



Doutorada em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora do Centro de História e do Centro de Arqueologia, ambos da Universidade de Lisboa. Desenvolve investigação em História do al-Andalus, com enfoque nas sociedades de fronteira, dinâmicas de circulação e processos de orientalização. Tem artigos em publicações nacionais e internacionais, tanto revistos por pares como por convite.



Por altura da redação deste texto, uma publicação nas redes sociais anunciava um evento cultural que anualmente tem lugar na vila de Marvão visando evocar o seu passado islâmico. A figura de ‘Abd al-Rahman b. Marwan al-Jilliqli (m. 889), que ali ergueu no século IX uma fortificação, tem um lugar central na referida celebração. A nota informativa caracterizava Ibn Marwan como «um líder militar e religioso sufista da Andaluzia que, ao rebelar-se contra o emir omíada de Córdoba, Maomé I, criou uma espécie de reino independente com sede na cidade espanhola de Badajoz, que também fundou». Uma breve pesquisa na Internet revela descrições similares, nas quais ressalta a confusão entre Ibn Marwan, rebelde do século IX com origens em Mérida, e Ibn Qasi (m. 1151) de Silves, fundador, no século XII, de um movimento religioso de inspiração mística, frequentemente conotado com o sufismo, corrente acolhida no al-Andalus — espaço ibérico sob governação muçulmana — no século posterior àquele em que Ibn Marwan viveu.

Refira-se que Ibn Marwan e Ibn Qasi partilham, de facto, algumas características: são muladis, ou seja, descendentes de cristãos naturais da Península Ibérica convertidos ao Islão; provêm de famílias localmente prestigiadas ligadas ao aparelho governativo e operam no Gharb al-Andalus, espaço a ocidente do eixo Mérida-Sevilha que se estende até à costa, que veio a ser parcialmente integrado no reino português. Contudo, enquanto o primeiro se rebelou em 868 contra o emirado omíada sediado em Córdoba, replicando a ação de seu pai, Marwan b. Yunus, décadas antes, o segundo visou os almorávidas, que governaram o al-Andalus entre 1090 e 1147 a partir de Marraquexe e elegeram Sevilha como sua capital andaluz. Sendo evidente que ambos tinham objetivos políticos, Ibn Marwan, ao contrário de Ibn Qasi, não ancorou as suas pretensões num programa de índole religiosa.

Desfeito o equívoco, frise-se que este artigo não visa comentar o rigor histórico do redator da mencionada publicação. Com este exemplo pretendemos ilustrar um processo de revisitação de elementos de matriz islâmica, similar a outros que têm lugar em cidades como Silves ou Mértola. Visamos, também, observar como estes atores foram acolhidos na narrativa fundacional do reino português, entendido aqui como realidade geopolítica e sociocultural. Isto exige uma reflexão prévia em torno do conceito de matriz islâmica e de como esta tem sido recebida pela sociedade portuguesa.

«Matriz islâmica» pode ser genericamente entendida como o conjunto das configurações políticas, económicas, sociais ou culturais características de uma baliza cronológica que corresponde ao período de presença muçulmana na Península Ibérica, desde 711 a 1492 — no caso português, até 1249, ano da conquista do Algarve por Afonso III (r. 1248-1279). A conquista islâmica favoreceu a abertura da Península Ibérica a um espaço que percorria todo o mundo mediterrânico e suas conexões territoriais até aos limites orientais dos atuais Paquistão, Afeganistão e Tajiquistão, possibilitando um processo de transferência cultural de oriente para ocidente que ficou conhecido por *orientalização*. Este manifestou-se, não só ao nível religioso, com a importação do Islão, mas também na administração, na representação do poder político, na estrutura familiar, na técnica, na ciência, na língua, na literatura, nos quotidianos e na cultura material.

A mobilidade gerada pelo dever da peregrinação a Meca, na atual Arábia Saudita, a procura do conhecimento nos centros do saber localizados noutros pontos da *dar al-Islam* (literalmente «terra do Islão»), bem como o comércio, trouxeram a homogeneização cultural. Este fluxo tornou-se bidirecional, permitindo, por sua vez, que sábios andaluzes como al-Humaydi (m. 1095) fossem recebidos no Mediterrâneo Oriental, ou que o âmbar-cinza que dava à costa na zona de Lisboa fizesse o seu caminho até aos mercados de perfumes do Cairo.

A ideia de matriz islâmica simplifica, porém, a especificidade das sucessivas formas de exercício de poder implementadas no al-Andalus desde o desembarque de 711 em Algeciras, nomeadamente:

- a) emirado dependente, em que o al-Andalus foi governado a partir de Damasco, sede do califado omíada (661-750);
- b) emirado independente, instituído em 756 por ‘Abd al-Rahman b. Mu‘awiya (r. 756-788), membro da dinastia omíada que escapou

ao golpe perpetrado pelos abássidas, após o qual estabeleceram o califado abássida (750-1258);

c) califado omíada do al-Andalus, declarado em 929 por ‘Abd al-Rahman III al-Nasir (g. 912-961), como afirmação face a um contexto de revoltas internas e face à concorrência externa que o califado abássida e o califado fatímida (909-1171) representavam;

d) período dos reinos de taifas, a partir de 1008, caracterizado pela falência do califado omíada do al-Andalus e pela fragmentação do espaço muçulmano peninsular em reinos independentes;

e) período dos impérios norte-africanos — o almorávida e o almóada —, entre o final do século XI e as primeiras décadas do século XIII, em que o al-Andalus foi governado a partir do Magrebe. Aqui importa diferenciar os almorávidas, provenientes dos confins do Sara ocidental, correspondentes à atual Mauritânia, e defensores da ortodoxia sunita, dos almóadas, originários das montanhas do Atlas, no espaço hoje marroquino, partidários de uma visão literal e messiânica do Islão, opositores dos almorávidas e causadores do seu declínio;

f) reino nasrida, instituído em Granada em 1230, à testa de um território que incluía Málaga e Almeria, sem expressão no espaço hoje português.

O CONCEITO DE MATRIZ ISLÂMICA PODE TAMBÉM, INADVERTIDAMENTE, ocultar a diversidade étnica e confessional presente neste período, composta por árabes, berberes (povos de origem norte-africana), muladis e respectivas segmentações tribais; moçárabes (cristãos que adotaram a língua e a cultura árabes) e judeus arabizados, que, no âmbito da *dhimma*, estatuto que garantia proteção aos «povos do Livro», mantiveram a sua religião e propriedades mediante o pagamento de impostos específicos; não esquecendo os escravos de origem nortenha ou subsariana. Pese a dificuldade em quantificar o número de muçulmanos que se estabeleceram na Península Ibérica desde a conquista, considera-se que a islamização se deveu, sobretudo, às conversões da população ibérica que, deste modo, procurava aligeirar a carga fiscal ou assegurar uma melhor posição social. A integração

de muladis, como o pai de Ibn Marwan, na administração é indicadora desse processo que atinge o apogeu no período do califado.

Acresce que a designada matriz islâmica é subsidiária do legado romano-visigótico. Os conquistadores fixaram-se nas cidades de fundação romana, a partir das quais estruturaram a administração. Durante o califado, o al-Andalus encontrava-se dividido em circunscrições territoriais denominadas *kuwar*, com competências sobretudo fiscais. No Gharb, essas *kuwar* tinham como base cidades de formação antiga — Santarém, Beja, Ossónoba (atual Faro), Mérida e Niebla —, no interior das quais outras cidades como Lisboa ou Évora se desenvolveram. As zonas de marca ou *tugur* — amplos espaços de fronteira que atravessavam o al-Andalus desde o vale do Ebro, no Nordeste da Península Ibérica, até ao Baixo Guadiana, nas quais tinham lugar contactos, muitas vezes conflituosos, entre muçulmanos e cristãos, eram coordenadas por Saragoça, Toledo e Mérida, também elas de tradição romana. A presença islâmica prolongou, nos espaços meridionais andaluzes, facetas da vivência romana, como sejam os hábitos de higiene, o cuidado com a salubridade e saneamento das habitações, ou uma cultura letrada que integrou a herança antiga, patente em individualidades como Abu al-Walid al-Baji (m. 1081) ou Ibn ‘Abdun al-Yaburi (m. 1134).

Os protagonismos da progressão cristã no ocidente peninsular refletem diferenças civilizacionais entre o Norte cristão e o Sul islamizado que a cultura de fronteira, da qual os moçárabes constituíram um eixo mediador, atenuou, sem que as tivesse suprimido. Se, até à linha do Tejo, Afonso Henriques encarna a dinâmica de construção do novo reino, fazendo convergir no projeto de conquista a nobreza nortenha e os poderes regionais e concelhios, a sul distinguem-se lideranças que, ao nível regional, se sobrepõem, no plano simbólico, à figura do monarca — é o caso de Ibn Qasi em Silves e em Mértola, e de Geraldo Geraldês (m. 1173) em Évora. Tais chefias procuraram salvaguardar o interesse próprio face a unidades geopolíticas mais vastas e poderosas. É nesse ponto que estas figuras se assemelham a Ibn Marwan que, séculos antes, se rebelara no quadro das revoltas muladis, levantamentos que tiveram lugar por todo o al-Andalus no século IX, protagonizados maioritariamente por muladis que exigiam maior autonomia administrativa e fiscal.

É na dimensão contestatária face a um centro político geograficamente distante que estes indivíduos ganham notoriedade, tanto na cronologia em que viveram, como na contemporaneidade, através de revivalismos como aquele com que iniciámos esta reflexão. A inclusão destas personagens na

memória histórica de uma dada comunidade deriva desse carácter de protesto e de resistência. Daí ao seu reconhecimento como heróis nacionais, ainda que anteriores a qualquer esboço de nacionalidade, é um passo.

Insignes nomes da historiografia nacional, entre os quais se destaca Garcia Domingues, pretenderam ver nos feitos destes indivíduos provas de uma lusitanidade que teve o seu primeiro expoente em Viriato e que, personificada de novo em Ibn Marwan e Geraldo Geraldes, prefigurava o reino independente que viria a ser Portugal. O legado islâmico foi, desta forma, acolhido na narrativa fundacional do país, como mediação entre um fundo identitário pré-romano, cujas origens se perdem no tempo, e o país contemporâneo.

Esta perspetiva pode ser vista como uma reação ao paradigma amplificado pela ditadura salazarista segundo o qual a construção da nacionalidade assenta na oposição ao Muçulmano. Esta visão delimitou as linhas historiográficas e, conseqüentemente, os programas escolares, gerando sucessivas levas de portugueses desconhecedores do que se passou durante mais de 500 anos na maior parte do território que é hoje Portugal. A herança andaluza afigurava-se embaraçosa e só emergia através de vestígios indistintáveis na língua, na toponímia e na etnografia. A publicação em 1972 de *Portugal na Espanha Árabe*, por António Borges Coelho, não derrubou o muro de desinteresse — e, até, de preconceito — que recaía sobre o passado andaluz, que só nas últimas décadas começou a apresentar brechas. Neste processo, os municípios, encorajados por descobertas arqueológicas, têm sido agentes fundamentais na devolução desse património à sociedade. É nesse restabelecimento dos laços com o legado andaluz que figuras como Ibn Marwan e Ibn Qasi chegam hoje ao quotidiano das populações, não como figuras nacionais, mas como expressões de uma matriz histórica partilhada por comunidades transfronteiriças.

Badajoz, fundada por Ibn Marwan no século IX, tornou-se, 200 anos depois, cabeça de um extenso reino de taifa dirigido pela família dos Banu al-Aftas, que compreendia a área entre o Douro e a região de Évora, entre a costa ocidental e os limites orientais da atual Extremadura espanhola. Esta lógica territorial e histórica impeliu Afonso Henriques a procurar a sua integração no reino português. As tentativas fracassadas de conquista ditaram a amputação da vertente extremeña da sua área de influência, em favor do reino de Leão.

Porém, mesmo que a conquista portuguesa de Badajoz tivesse sido bem-sucedida, dificilmente Ibn Marwan poderia ser encarado como um

precursor da nacionalidade. De fora da alçada dos Banu Marwan ficaram as cidades do atual Baixo Alentejo e Algarve e seu prolongamento para leste. Aí, outros senhores ditavam as regras, designadamente, Sa' id al-Malik, de Beja, Yahya b. Bakr, de Ossónoba, Bakr b. Salama, de Aroche, ou Ibn 'Ufayr, de Niebla. O espaço que corresponde, hoje, ao Sul português manteve-se, pois, à margem desta pretensa unidade territorial, precedendo autonomias — no caso de Faro e de Niebla — que se evidenciaram no século XI, com a sua materialização em reinos independentes.

Em meados do século XI, estas cidades do Sul, às quais acrescentamos Mértola, passaram para a órbita do reino de Sevilha, na sequência da ofensiva para ocidente desencadeada por al-Mu'tadid (r. 1042—1069). A serra algarvia, que agia como uma barreira natural à progressão norte-sul, protegia um corredor costeiro comunicante com Sevilha. As dificuldades suscitadas pelo relevo, às quais se juntaram uma rede de fortificações renovada em período almóada e uma população altamente islamizada, constituíram obstáculos à conquista cristã, que só se consumou durante o reinado de Afonso III.

É neste extremo sudoeste do Gharb que emerge Ibn Qasi, uma das figuras do período islâmico mais revisitadas pela historiografia e pelo imaginário popular. Tal como Ibn Marwan, Ibn Qasi assumiu uma postura desafiadora face ao poder político. Alto funcionário da administração almorávida, Ibn Qasi decide distribuir a sua fortuna pessoal pelos pobres e criar um movimento religioso ao qual adere um grupo de acólitos que viriam a ser conhecidos por muridinos. Apoiado por membros da elite política do Gharb, tais como Ibn Wazir de Évora ou Ibn al-Mundhir de Silves, Ibn Qasi autoproclama-se *mahdi* (enviado de Deus) e *imam* (líder religioso da comunidade). Perante uma governação almorávida acossada pelo advento dos almóadas, que desviava soldados e recursos do Gharb para a frente norte-africana, o movimento dos muridinos fornecia o quadro legitimativo para se substituírem aos almorávidas.

O início das operações é prometedor, com a conquista de Mértola, Huelva e Niebla, mas rapidamente surgem as divergências. Ibn Wazir, colocado à margem destes sucessos, conquista Mértola, Beja e Badajoz para si mesmo, deixando a Ibn Qasi apenas a posse de Silves. Perante este revés, Ibn Qasi solicita a intervenção almóada. Os almóadas entram no al-Andalus e restituem a autoridade do *mahdi* em Mértola e Niebla. A Ibn Wazir resta aceitar os novos senhores, conservando, desta forma, Beja e Badajoz. Tudo se encaminha para a pacificação do Gharb quando, em 1151, Ibn Qasi

recusa prestar obediência ao califa e procura em Afonso Henriques um aliado, o que dita a sua morte às mãos da população de Silves, indignada com o procedimento do seu líder. Também aqui encontramos pontos de convergência com Ibn Marwan, que recebeu uma missiva do imperador carolíngio Luís I, *o Pio*, encorajando-o na luta contra os omíadas. Quando se tratava de combater um inimigo comum, esboçavam-se alianças entre fações aparentemente inconciliáveis.

Para além das revoltas aqui abordadas, registaram-se em época islâmica outras ações contra a autoridade dita central. Falamos de insurreições lideradas por elementos de origem árabe ou berbere que, por serem notas dissonantes num discurso de formação do reino assente em elementos autóctones, não colhem idêntica atenção. É o caso do árabe iemenita al-Mughith, líder do exército estabelecido em Beja que, em 763, se insurge contra o recém-chegado ‘Abd al-Rahman b. Mu‘awiya, em obediência aos abássidas de Bagdade. Refira-se também a revolta de Tumlus, de origem desconhecida, em Lisboa, no início do século IX; do berbere Mahmud b. ‘Abd al-Jabbar e do seu companheiro muladi Sulayman b. Martin, ambos emeritenses, em 828; ou de Umayya, membro da família omíada, em Santarém, em 938 ou 939, que, por motivos de vingança pessoal contra o califa, passa para o lado cristão. Independentemente da origem étnica das chefias e das suas motivações, muitas vezes ausentes das crónicas, estas ações relacionam-se com o carácter periférico das regiões nas quais eclodiram e partem de indivíduos bem posicionados na hierarquia social. A distância face ao centro do poder político e a lassidão da malha administrativa que o unia às periferias permitem a afirmação de lideranças locais, propiciada pelo desempenho de cargos na administração ou no exército. A posição destacada que Ibn Marwan e Ibn Qasi ocupam na atualidade, nas manifestações culturais de âmbito regional, deve-se à sublimação da sua origem muladi e às tentativas de autonomização territorial que lideraram.

Estas formulações autonómicas não só tiveram lugar em contexto islâmico, como também dele dependeram para a sua afirmação. A fundação de Badajoz por Ibn Marwan obedeceu a um conjunto de critérios definidos pelo próprio. A nova cidade foi dotada, por sua indicação, de mesquita, banhos e de uma alcáçova, edificadas com mão de obra especializada cordovesa enviada pelo emir. Três séculos depois, Ibn Qasi sistematizou o seu pensamento no *Livro do Descalçar das Sandálias*, obra em que até os seus críticos contemporâneos reconheceram a qualidade da escrita e a amplitude do conhecimento teológico e filosófico aí vertido. Ambas as figuras

visavam a implementação de um modelo de cidade e de sociedade árabe e islâmica e utilizaram os instrumentos disponíveis no quadro dessa matriz sociocultural para expressarem e concretizarem as suas intenções. O facto de serem muladis e de incorporarem referenciais reconhecidos em qualquer ponto do mundo muçulmano enfatiza o grau de orientalização da sociedade andaluza.

Ibn Marwan e Ibn Qasi simbolizaram, para as comunidades do Gharb al-Andalus, a afirmação perante um poder político que consideravam alienado face às suas dificuldades. A sua evocação na contemporaneidade demonstra como a matriz islâmica, enquanto resultado compósito de elementos que foram processados e estabelecidos no quadro do Islão, está presente, não só na fundação do reino, como faz sentido hoje enquanto manifestação identitária regional. A revisitação deste passado devolve às populações portuguesas e espanholas do Gharb a sua vocação enquanto sociedades e culturas de fronteira.

O descontentamento das periferias, protagonizado por Ibn Marwan e por Ibn Qasi, que anteriormente visou Córdova e Sevilha, direciona-se agora para os novos representantes dessa centralidade, localizados em Lisboa ou em Madrid. Nesta relação assimétrica, em que os centros mudam, mas as periferias continuam as mesmas, a celebração da herança andaluza desempenha, para estas comunidades, o papel que outrora coube às lanças.

SUGESTÕES DE LEITURA

- António Borges COELHO — *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Caminho, 2008.
- Hermenegildo FERNANDES — «Confronto e Interação: O Islão na Península Ibérica», in *História Global de Portugal*, editado por Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2020, pp. 163-169.
- Christophe PICARD — *Le Portugal musulman. VIII^e-XIII^e siècle. L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000.
- *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo [Catálogo de exposição]*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998.
- Cláudio TORRES e Santiago MACIAS — *O Legado Islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.